



Relatório Completo

Plenária Final

Realizado em 17/07/2015

Salvador, BA

Relatores da Plenária Final: Allan Souza Santos, Caio Tiago O. de Sousa, Monica Maia Ribeiro e Ricardo Matheus

Relatório revisado por: Monica Maia Ribeiro e Ricardo Matheus

Data: 17/08/2015

Versão: 1.0

1. INTRODUÇÃO

A **Plenária Final** do V Fórum da Internet no Brasil e Pré IGF Brasileiro 2015 foi realizada no dia 17 de julho de 2015 no Fiesta Convention Center em Salvador (BA).

Foi coordenada pelo Secretário Executivo do CGI.br, **Hartmut Glaser** e teve como painelistas preenchendo a mesa da Plenária Final os conselheiros do CGI.br Percival Henriques, Thiago Tavares, Flávia Lefèvre e Nivaldo Cleto, coordenadores das trilhas do Fórum da Internet no Brasil.

A Plenária Final teve como objetivo a visualização consolidada das reflexões e contribuições do conjunto de todas as quatro trilhas, facultando aos participantes pronunciamentos relacionados com os temas discutidos no fórum.

A primeira parte da Plenária foi composta pela apresentação dos relatórios sintéticos das exposições dos painelistas, debates com os participantes e dos relatórios de grupos ocorridos em cada uma das quatro trilhas. Este relatório sintético apresentado na Plenária Final foi elaborado pela Comissão de Sistematização e Relatoria, designada para fazer o registro dos acontecimentos das trilhas. Cada relatório foi apresentado por Carlos Cecconi, da Assessoria Técnica do CGI.br e membro da Comissão de Sistematização.

Na segunda parte, a Coordenação da Plenária Final abriu para os coordenadores das trilhas presentes e os participantes se manifestarem com comentários ou revisões referente aos temas discutidos nas respectivas sessões de debates e apresentados no relatório sintético. Cabe destacar que a Plenária Final não votou nenhum texto. O Relatório Completo da Plenária Final, representado por este documento, apresenta todos os eventos ocorridos na última sessão do evento.

Na terceira parte, ocorreram anúncios realizados pelo conselheiro do CGI.br, **Thiago Tavares**, sobre o *Internet Governance Forum* (Fórum de Governança da Internet - IGF) a ser realizado no Brasil, na cidade de João Pessoa, na Paraíba e o encerramento do Fórum da Internet no Brasil, realizada pelo Secretário Executivo do CGI.br, **Hartmut Glaser**.

Assim, o relatório completo divide-se em duas partes:

1. Manifestação dos participantes
2. Anúncio e encerramento

2. MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES

A. Mesa de Abertura e Painel de Abertura

Não houve nenhuma manifestação.

B. Trilha 1 - Desafios da Inclusão Digital

Karina Menezes (*Raul Hacker Club, Salvador, Bahia*): A participante sugeriu o uso de editais do governo para o desenvolvimento de software livre para pessoas com deficiência, porém ela apontou não ter visto essa sugestão no relatório. Ela enfatizou que necessita comprometimento no investimento.

Cristiane Gonzales: A participante pediu um esclarecimento sobre como foi determinado o dissenso nessa trilha, se foi com base na fala do palestrante ou se isso veio dos grupos. Ela pediu um esclarecimento sobre o dissenso do Facebook não ser uma ferramenta de inclusão digital.

Carlos Cecconi (*CGI.br*): O assessor do CGI.br esclareceu que o dissenso foi tirado das falas dos grupos. Houve a discussão dos grupos e posteriormente todos falaram na mesa, sendo que os dissensos saíram desse final. Ele informou também que há dois agrupamentos de dissensos, consensos e pontos a aprofundar. O agrupamento do grupo, cujo grupo reportou, apenas foi lido, tal como eles redigiram e o outro, do debate da trilha, tem os dissensos e consensos indicados pelos relatores.

Marla Miranda Loiola Dore Carvalho (*Google Developers Group, Salvador, Bahia*): A participante sugeriu a inclusão de lógica de programação na educação básica.

Uirá Porã (*Fortaleza, Ceará*): O participante apontou que é importante ter mais pesquisas para saber a opinião dos cidadãos.

Carlos Cecconi (*CGI.br*): O assessor do CGI.br intervém, esclarecendo que o que foi registrado é uma ata daquele momento, qualquer coisa nova tem que ser depois do café, onde há espaço para uma manifestação específica com o microfone aberto. Ele informa que não é possível mudar o conteúdo, porque é preciso ser uma fotografia, uma ata, um registro daquele momento.

C. Trilha 2 - Economia da Internet

John Forman (*Federação Nacional das Empresas de Informática*). O participante apontou que uma das colocações feitas por ele está apenas parcialmente descrita, além de não ter sido colocada a importância de entender software de automação administrativa e comercial como inovação. Ele afirma que fez uma colocação sobre a questão do aumento de impostos que está acontecendo no momento e seu impacto na inibição do empreendedorismo das empresas aqui no país.

Nivaldo Cleto (*CGI.br*): O conselheiro concordou com John, enfatizando que leu nos jornais que com essa nova reforma fiscal, a classe de serviços com a unificação do PIS e COFIS vão dobrar a nossa carga tributária e equivaler as empresas de lucro presumido às empresas de lucro real, isso vai afetar muito o segmento da classe prestadora de serviço. Quanto às colocações estarem parcialmente descritas, deve-se notar que o relatório apresentado é um resumo dos debates. O debate mais detalhado, segundo o que o Carlos Cecconi falou, será publicado no portal.

Marcos Urupá (*Intervezes, Belém, Pará*): O participante expõe dois pontos que considerou fundamentais: um é o uso de aplicativos para dispositivos móveis como característica de inovação da Internet e o outro é o aprofundamento sobre o debate de economia na Internet passar pelo debate de gestão e investimentos em infraestrutura.

D. Trilha 3 - Cibersegurança e Confiança

Não houve manifestações nesta trilha.

E. Trilha 4 - Internet e Direitos Humanos

Leandro Chemalle (*Partido Pirata, São Paulo, São Paulo*): Explicou que no slide sobre o Grupo B, há uma proposta sobre um departamento, um setor no CGI.br, relacionado aos direitos humanos. Pediu para que fosse corrigido, pois da maneira como está escrito parece que está sendo proposto para o CGI.br a criação de um outro projeto "Humaniza Redes". O objetivo é ter um catalisador de informações e relatórios sobre relações dos direitos humanos, por conta da falta de relatórios mais completos sobre o tema.

Nelson Pombo (*Instituto Imersão Latina e da Ciranda Internacional*): Levantou a questão sobre a metodologia de pesquisa sobre a raça, anteriormente discutido. Sugeriu que fosse utilizado os termos cor/etnia, costumeiramente mais utilizados. Disse acreditar que facilite mais para a pessoa se identificar.

Hartmut Glaser: destacou que irão consultar como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tratam o tema, pois acredita existir um padrão nacional, sendo desnecessário inventar outro padrão para o tema.

Gustavo (*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*). Expôs que no relatório do grupo C, da trilha 4, expandem o tema anonimato e tinham como objetivo esclarecer consenso para proteção do anonimato tanto na vida real quanto no contexto físico e virtual.

F. Painel Marco Civil da Internet e Neutralidade da Rede

Não houve manifestações para o Painel Marco Civil da Internet e Neutralidade da Rede.

G. Manifestações gerais sobre o Fórum da Internet no Brasil

Após serem conferenciados todos os relatórios sintéticos das trilhas e do painel, **Hartmut Glaser**, Secretário Executivo do CGI.br, agradeceu a equipe de sistematização e relatoria, bem como a equipe de eventos, saudados por uma salva de palmas dos presentes. Também apontou que o CGI.br não é para ser servido, pois ele serve ao Brasil. Para ele, é um privilégio ter-se o modelo diferente de administração, de governança da Internet, comprovadamente sucesso, reconhecido no país e fora dele. Disse que o CGI.br está atento em todos os últimos 5 fóruns anuais, e enfatizou que as contribuições de cada um dos participantes enriquece as ações, planos e projetos do CGI.br no que lhe compete e aquilo que for de competência de outros órgãos é devidamente destinado. Glaser explicou que em todos os fóruns existe a oportunidade de manifestação dos participantes, com um comentário, uma proposta, apesar de não existir caráter deliberativo ou haver votação no final, mas serão devidamente registradas todas as contribuições.

O coordenador da Plenária Final agradeceu a todos os presentes e abriu o microfone para que fossem feitas as manifestações gerais sobre o Fórum da Internet no Brasil.

Luís Augusto (*Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO*): O servidor federal noticiou uma pesquisa feita em 2014 pelo SERPRO sobre energia elétrica e segurança nas estações de trabalho. Nesta pesquisa foi identificado que 40% das estações ficam ligadas de um dia para o outro. Para reduzir este problema, foi feito um trabalho de conscientização, o que reduziu o número de 40 para 12%, economizando energia elétrica, mantendo as estações livres de vírus e a máquina atualizada.

Marcos Urupá (*Intervezes, Belém, Pará*): Disse que gostaria de parabenizar a organização do Fórum da Internet pois disse acreditar que ele está amadurecendo, especialmente para quem acompanha desde o primeiro Fórum que consegue perceber este amadurecimento. Para ele, o Fórum da Internet tem conseguido traçar temas e acompanhar a conjuntura dos debates que são pertinentes à Internet, sendo verificado pelos temas e as pessoas que trabalham, conversam e compõem as mesas. Ele julgou que as trilhas e as escolhas das temáticas das trilhas são pontos fundamentais. Disse apenas ter sentido falta de um momento de diálogo entre as mesas. Exemplificou que isso melhoraria o debate das trilhas, como as mesas do último dia de Fórum (17 de Julho) no qual dois pontos que são fundamentais e muito técnicos, um que foi espectro e outro que foi infraestrutura, foram abordados.

Disse também acompanhar o debate de espectro a algum tempo e acredita ser um tema chato e complexo, contudo, é um bem escasso, e trouxeram para a mesa do Fórum o gestor do espectro no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações e o Ministério das Comunicações. Estes órgãos fazem os leilões e a regulação pertinente à gestão do espectro no Brasil. Portanto, sua avaliação foi de que isso debilitou o debate da qualidade do espectro, até para pautar o tema, técnico, que envolve vários aspectos sobre como fazer o melhor gerenciamento sobre espectro no Brasil.

Outro ponto abordado pelo participante foi de que trouxeram um debate que é relativamente antigo, mas ao mesmo tempo é muito novo na Internet: a Economia na Internet. Sente que em todo Fórum o tema de economia está centrado na segunda camada, a camada de serviço. De certo modo acredita que está correto, visto que a Internet é um serviço, mas acredita que deve-se debater a infraestrutura também, pois o debate dela envolve investimentos, a gestão da infraestrutura, se ela é pública, se ela é privada, se ela envolve uma parceria pública ou privada, ou se ela é mista, ou se há um investimento público e depois o serviço é terceirizado, e isso envolve muito do aspecto da economia da internet. Destacou que de uma maneira geral o saldo foi muito positivo no Fórum. Novamente agradeceu aos envolvidos na realização do evento.

Hartmut Glaser (CGI.br): Respondendo ao Marcos Urupá, disse que a pessoa a trazer o tema da Economia da Internet foi Carlos Afonso e anunciou que a proposta de temática de Economia da Internet de Carlos Afonso também foi aceita para ser discutida no *Internet Governance Forum* (Fórum de Governança da Internet - IGF) e nessa mesa do IGF, além da Anatel, a mesa também será composta pelos donos das frequências de outros países, como a Federal Communications Commission (Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos - FCC), e a Ofcom da Inglaterra. Será em novembro, no IGF de João Pessoa na Paraíba, em uma mesa redonda de 90 minutos. Para Hartmut, a trilha no Fórum foi um ensaio, e que deveria ter tido a presença da Anatel, contudo, explicou que não se consegue forçar ninguém a vir ao Fórum, porém, foram convidados. Finalizou apontando que no IGF de João Pessoa haverá a discussão do espectro num âmbito internacional.

Flávia Lefèvre (Conselheira CGI.br): Falando em nome da PROTESTE (Associação de Defesa de Consumidores), que integra a campanha "Banda larga é um direito seu" e a campanha "Marco Civil já!", gostaria de destacar o pleito da sociedade civil que já foi lido na carta [e está em capítulo 4 - Anexos deste documento]. Ela gostaria de deixar claro que a Secretaria da Casa Civil pudesse apressar a apresentação para a sociedade da minuta do decreto de regulamentação do Marco Civil da Internet. Essa foi uma promessa, além da criação de duas fases de consulta pública para o decreto regulamentador do Marco Civil. Preconizou que isso deve ser feito com urgência para se evitar práticas comerciais questionáveis.

Segundo João Brant, as empresas com poder avassalador de mercado, como é o caso do Facebook, iniciaram a implantação de projetos como o Internet.org, que durante esse fórum foi fortemente questionado. Flávia apontou que os consensos do relatório apresentado pela equipe de sistematização e relatoria mostraram que depois do grande esforço de aprovar o Marco Civil, não se deve deixar um flanco aberto para direitos serem perdidos pela ausência de atuação firme, e em tempo coerente, do Governo Federal. Pediu para que todos lessem a portaria 14/2013 da Anatel que trata o tema de aproveitamento do espectro. Segundo esta portaria, a Anatel teria de assumir e gerenciar o espectro de acordo com o interesse público. Segundo Flávia, isso não tem acontecido e isso deveria ser cobrado, merecendo um destaque. Agradeceu a oportunidade de fala.

Hartmut Glaser (CGI.br): Respondendo a Flávia Lefèvre, destacou que se prevê um decreto presidencial para regulamentação do Marco Civil. Segundo Glaser, o secretário executivo da CEPIM, coordenador do CGI.br, foi chamado ao Palácio do Planalto e a presidenta Dilma Roussef pediu urgência na contribuição do CGI.br, havendo uma expectativa de que ela convidasse o CGI.br antes da viagem ao Estados Unidos, mas não houve tempo hábil, provavelmente ela está com uma agenda carregada, mas o secretário, em almoço com o secretário executivo do CGI.br, garantiu que ele estará cobrando essa visita do CGI.br para levar a proposta da regulamentação do Marco Civil, naquilo que cabe ao CGI. Então eles estão pressionando e acompanhando.

Thiago Tavares (Safernet, Salvador, Bahia): Falando em nome da SaferNet Brasil, Thiago gostaria de registrar que sua organização aderiu ao coro das críticas ao Projeto 494 de 2008, aprovado no Senado na semana passada (6 a 10 de Julho de 2015). A opinião de Thiago é de que de forma absolutamente desproporcional e desnecessária, ampliou exageradamente a guarda de *logs* (registro de acessos) para 3 anos. Segundo o advogado, modificou o artigo 15 do Marco Civil da Internet que estabelecia o prazo de 6 meses para provedores e 6 meses a um ano, dependendo do tipo de *log* do provedor, de modo que esse projeto, que estava hibernando nas gavetas do Senado desde 2008, passou a ser impulsionado por algum interesse e entendeu-se que não é proporcional e não é adequado rever esse artigo no marco civil no sentido de ampliar esse prazo para 3 anos. Deixou claro a manifestação contrária ao projeto 494 de 2008.

Seu segundo registro é da alegria em ver que o CGI.br está realizando esse fórum em Salvador, na Bahia. Existem muitas organizações não governamentais, uma sociedade civil muito ativa, academia muito atuante, um setor empresarial muito pujante e iniciativas governamentais muito importantes no Estado, destacou Thiago Tavares. Para ele, não há dúvidas de que o Fórum contribuiu muito para que as iniciativas e pessoas tivessem oportunidade de participar das discussões para trocar ideias, aprender uns com os outros e dialogar com outras iniciativas espalhadas pelo país, de modo que, como baiano e como presidente de uma organização da sociedade civil que tem sede na Bahia, parabenizou o CGI.br por ter escolhido a cidade de Salvador para sediar o V Fórum da Internet no Brasil. Também manifestou seu desejo de que esse seja o primeiro de muitos eventos que o CGI.br fará na Bahia. Agradeceu a oportunidade.

Leandro Chemalle (Partido Pirata, São Paulo, São Paulo): Iniciou sua fala destacando a participação do Partido Pirata em vários fóruns, pediu que o próximo fórum seja na região Sul, região que ainda não hospedou nenhum Fórum. Gostaria que fosse em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, próximo a época do Fórum do Software Livre (FISL), ajudando para quem quer participar dos dois eventos, eles ocorrendo em datas próximas na mesma cidade poderia ser uma semana interessante, concluiu Leandro. Sua contribuição para a relatoria é de que foi publicado na semana passada no site congresso em foco, um artigo do Ronaldo Lemos e do Márlon Reis tratando a substituição eletrônica de projetos de lei de iniciativa popular. Segundo ele, com isso poderia ser encaminhado para o Congresso um milhão de assinaturas, mas por via eletrônica.

Leandro comentou que esse artigo publicado foi embasado pelo Márlon, que é juiz de direito, evidenciando que não existe na lei algo que impeça a substituição por vias eletrônicas (Internet). Contudo, Leandro explicou que essa substituição não ocorre por decisões meramente administrativas. Gostaria que isso fosse encaminhado como proposta ao CGI.br, através do seu departamento jurídico, para instituir um grupo de trabalho com o objetivo de estudar o caso e oferecer apoio jurídico e técnico para que se possa viabilizar de fato projetos de lei de iniciativa popular suportados por assinaturas eletrônicas.

John Forman (*Federação Nacional das Empresas de Informática - FENAINFO*): Sendo o primeiro Fórum da Internet que participou, parabenizou o CGI.br pela organização e pelos trabalhos e deixou três críticas construtivas. A primeira delas foi o trabalho de sistematização e relatoria feito. Disse ter sentido falta dos posicionamentos dos painelistas. Se houvesse isso no momento dos grupos, teria sido de muita ajuda na hora de debate nos grupos. A sugestão é que fosse dado um resumo pelos painelistas convidados das trilhas. Disse preferir saber disso, pois poderia ser mais contundente sua posição durante o grupo, pois apareceu no relatório sintético apresentado na plenária final e ele não se posicionou da maneira que gostaria, pensando que não seria destacado. A segunda crítica é de que há pouco tempo para os debates. Algumas vezes apenas duas pessoas puderam participar. Seria importante prolongar o tempo de debate para as pessoas que desejam se manifestar. A última questão apontada por John Forman, foi da oportunidade de estar participando como bolsista. Contou que também participou como bolsista da reunião da *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN) na Argentina e disse que seria interessante considerar uma reunião entre os bolsistas para haver maior integração e diálogo com todos os setores.

Manoelito Filho (*Raul Hacker Club*): Gostaria de fazer um encaminhamento de sua ferramenta ao NIC.br, o SEMETE. Ficou feliz de ler o termo *trash tapping* em um dos slides e propôs que o *trash tapping* também fosse implementado em um programa e gerasse um relatório transparente e centralizado, pois não cabe querer empoderar as pessoas dessas instituições que são impostas pelas operadoras sem que ofereçam ferramentas, aulas e educação. Manoelito disse que nesse sentido consegue verificar como o tráfego está sendo modificado.

Nivaldo Cleto (*Conselheiro CGI.br*): Disse ser o primeiro Fórum da Internet no Brasil que participa e percebeu a ausência de representantes do setor empresarial. Disse acreditar que foi sua culpa, pois não sabia como funcionava a dinâmica do Fórum. Disse que no próximo ano irá convidar mais pessoas do setor empresarial, do setor financeiro e de infraestrutura. Disse ter adorado ver a equipe do CGI.br trabalhando com 15 pessoas. Hoje de manhã ficou impressionado de ver o professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), Dr. José Carlos Vaz. **Disse concordar com Leandro Chemalle** do Partido Pirata para levar o próximo Fórum para a Região Sul, potencialmente até criando um evento para o Mercosul.

Felipe Fernandes (*Manaus, Amazonas*): Agradeceu a oportunidade de estar no Fórum, o qual enriqueceu bastante sua bagagem pois levará informações úteis para seu Estado,

para a capital Manaus, que considera ser como qualquer outra, extremamente urbana. Sugeriu que o próximo Fórum deveria ocorrer em Manaus, pois ela continua ainda isolada geograficamente e intelectualmente, mesmo sendo sabido que o Amazonas contribui significativamente para a economia do Brasil, desde o período da colônia e ainda assim a Internet não chega até lá. Disse considerar que a Internet pode ser alvo interessante para empoderar e desenvolver sustentabilidade. Apontou ser o único manauense presente e reforçou o pedido pelo Fórum ser em Manaus ano que vem.

Hartmut Glaser (CGI.br): Respondendo a observação de Felipe Fernandes, disse que todos gostariam de receber um evento como o Fórum da Internet, pois é um evento que faz a diferença na cidade. Há um rodízio; norte, nordeste. Há convites de outras cidades, inclusive já cadastradas. Ressaltou que Manaus e Curitiba já receberam uma reunião de trabalho fora da sede do CGI.br e há problemas para com infraestrutura envolvida. Na reunião em Manaus foi recebido o convite do secretário de ciência e tecnologia, membro do CGI.br e representava o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI). Demonstrou que todos os pedidos serão avaliados, contudo, destacou que é preciso de espaço, salas que comportem 600 pessoas.

Uirá Porã (Fortaleza, Ceará): Também era a primeira participação dele. Infelizmente chegou atrasado e disse que já participou de processos semelhantes ao do Fórum na área da Cultura. Disse que é difícil ficar discutindo o Internet.org sem ouvir a pessoa que não tem Internet. Gostaria que o Fórum tivesse um formato em que iniciasse no âmbito local, fosse ao estadual para chegar no nacional. Sobre o local, acredita que, como cearense, o Amazonas seria um local em que ele votaria para ser. Sugeriu que houvesse mais transparência e legitimidade na escolha dos locais. Tendo transmissão ao vivo, pediu para que as intervenções online fossem de alguma forma utilizadas, passando no telão. E se alguém no Fórum presencialmente achar interessante, poderia fazer a pergunta da plateia. Disse estar representando Fortaleza, pois não sabe quantos de lá vieram ao Fórum. Finalizou pedindo um formato de mesa distribuído, onde as pessoas poderiam se olhar para conversar, como uma roda, como é a Internet, distribuída. Sem que isso atrapalhasse na metodologia do Fórum.

Uemerson : Parabenizou o trabalho do CGI.br e confessou estar no evento de "paraquedas", pois estava se programando para ir ao Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação mas não havia mais vaga para sua participação. Então definiu estratégias para participar de eventos de comunicação, Internet e marketing ao longo de 2015. Também escolheu eventos estratégicos para sua atividade com africanos. Uemerson disse participar de uma rede de comunicadores e escritores dos países de língua portuguesa, e a rede está começando por meio da Internet, inclusive revelou ameaça de países com ditadores. Disse que sentiu falta no evento de meios para sensibilizar participantes e alcançar universidades. Há muitas cadeiras vazias, observou Uemerson, e um evento deste porte, com estrutura incrível, não pode deixar cadeiras vazias. Elogiou a qualidade dos debates e dos painelistas, que devem causar arrepios nas pessoas que participam do evento. E isso faz falta no interior, pelas estradas federais (BRs).

Disse que curiosamente, a pessoa que convidou ele para o Fórum da Internet não estava presente. Questionou-se sobre o motivo do pessoal de comunicação, pensadores e publicitários não estarem participando. Gostaria de ver todas as cadeiras preenchidas, pois isso lembra o mapa das cidades que não possuem acesso no interior do país. Finalizou lembrando Confúcio, "uma grande caminhada se começa pelo primeiro passo". Agradeceu a oportunidade para todos.

Fabrizio Solagna (*Porto Alegre, Rio Grande do Sul*): iniciou sua fala apontando que é integrante da Associação Software Livre, e também organizador do Fórum Internacional de Software Livre (FISL). Fez um convite para que o Fórum da Internet fosse junto do FISL, em Porto Alegre. Também disse que o público do fórum é parecido com o público do Fórum da Internet. Também é composto por governo, sociedade civil, setor empresarial e que combinaria muito bem com as preocupações do fórum. Destacou também que é um bolsista, recebendo apoio para vir até a Salvador e destacou a importância disso para que mais e mais pessoas possam então preencher os espaços vazios desse plenário. Agradeceu a oportunidade de participar.

Lafaete José da Silva (*Pernambuco*) Lafaete filosofou sobre o horário brasileiro, e disse que se orgulha muito por ter presente no Fórum descendentes de indígenas, negros quilombolas e que as pessoas deveriam ser um pouco ciganas. Disse que quando chegou no Fórum, não sabia a diferença entre o vírus de computador e o vírus do HIV e isso foi construído ao longo dos cinco Fóruns da Internet. Defendeu o tom que a sociedade civil oferta, com linguagem mais acessível para as pessoas. Parabenizou o CGI.br pelo evento e disse que irá ao próximo Fórum mesmo sem bolsa, pois é importante discutir tudo o que é debatido no Fórum da Internet no Brasil. Falou que não se importa de onde acontece o evento, o importante é ele acontecer. Também ressaltou que as bolsas foram dadas para todas as pessoas, até para o empresário. Agradeceu a oportunidade e desejou boa sorte a todos.

Hartmut Glaser (*CGI.br*): **Respondendo a intervenção de Lafaete**, disse que o assunto de bolsas é delicado. Contou que neste ano, os conselheiros aprovaram 120 bolsas. Perguntou quantos estavam presentes [número de presentes era menor que os 120 financiados pelas bolsas]. Perguntou a todos como seria possível sustentar bolsas para turistas e pediu autodisciplina. Disse que o objetivo é apoiar, mas que começará a cobrar relatórios pois não há como distribuir dinheiro e é preciso ter um compromisso realmente sério, para que seja construído um país sério, com uma Internet inclusiva.

Felipe Fernandes (*Manaus, Amazonas*): Pediu que o orçamento para bolsas fosse direcionado via convites, exemplificando que fosse um convite de cada estado da federação, de universidade federal ou alguém que desenvolva a relação da área da Internet. Imaginou que se houvesse pelo menos um representante de cada estado, contribuiria para o Fórum.

Hartmut Glaser (*CGI.br*): Explicou a todos o processo de seleção regional feito, foi dividido o país em regiões, gênero e o objetivo era dar bolsas mantendo o modelo *multistakeholder*, por geografia e sexo. Deixou claro que é um objetivo também

aperfeiçoar o método, mas não se procura privilegiar ninguém, não existem privilégios e estão a disposição para facilitar ao máximo a participação. Disse que se fosse possível, gostaria que fossem enviados pedidos para universidades federais, órgãos de cada Estado da federação para serem representados no Fórum, ficando ainda mais construtivo o evento. Isso porque o formato de convite hoje é aleatório e direcionado para qualquer um que possa entrar no site e se inscrever.

Aurélio Heckert (Colivre, Salvador, Bahia): Disse que achou interessante e apoia a fala de Lafaete, e se contrapôs as críticas dadas ao CGI.br, pois foi relator de uma das trilhas e pode dizer que ficou muito satisfeito com o formato e a metodologia proposta. Essa proposta de manter uma ata, envio de relatório com consenso, dissenso e pontos a aprofundar legitima o processo, pois ele disse ter sentido que a discussão foi registrada e incorporada no processo. Testemunhou que já participou de outros eventos, alguns congressos, e nunca tinha visto algum processo semelhante, pois o que acontece é que as discussões morriam e eram esquecidas. Não há evidência do que se acordou. Disso, elogiou o método do Fórum da Internet realizado pelo CGI.br

Sobre as seleções, o participante disse que foi questionado o processo de seleção de bolsas, a participação de outros estados, mas disse que gostaria que verificassem o Decálogo do CGI.br e verificassem o processo seletivo da Escola de Governança da Internet. O esforço de transparência é tremendo e deixou claro que várias regiões, vários setores, são selecionados se fazem a inscrição. Lembrou-se de um curso no qual foi a única pessoa da Região Norte a se candidatar e não foram chamadas mais pessoas, pois não havia candidatos. Elogiou novamente a atitude do CGI.br de dar transparência aos processos seletivos. Sobre Manaus, disse que seria maravilhoso ter um evento na Região Norte, mas lembrou que o CGI.br possui um orçamento apertado e apontou a lógica econômica para o evento. Finalizou pedindo as estatísticas de participantes do evento.

3. ANÚNCIOS E ENCERRAMENTO

Hartmut Glaser iniciou os anúncios e o encerramento apresentando um vídeo sobre a Paraíba e a cidade de João Pessoa, onde será o décimo *Internet Governance Forum* (IGF). Antes de encerrar, passou a palavra para Thiago Tavares, conselheiro do CGI.br, que anunciou o Programa Youth@IGF, que selecionará jovens bolsistas para participar do IGF em João Pessoa.

Após os anúncios, Hartmut Glaser, coordenador da Plenária Final declarou encerrado o V Fórum da Internet no Brasil.

4. ANEXOS

Leitura da Carta de Salvador sobre o futuro da Internet no Brasil:

Lida por Veridiana Alimonti

Carta de Salvador sobre o futuro da Internet no Brasil, nós cidadãos e cidadãs, integrantes da sociedade civil e ativistas da rede, presentes no V Fórum da Internet em Salvador, Bahia, consideramos que deve ser agilizado o processo de regulamentação do marco civil da Internet, lei em vigor a mais de um ano, respeitando o processo democrático que a caracterizou. O lema desse ano do Fórum da Internet no Brasil é “Evolução da Governança da Internet: Empoderando o Desenvolvimento Sustentável”, tratando de acesso à Internet, estamos falando de direito fundamental, como já reconheceu a Comissão de Direitos Humanos da ONU há quase cinco anos e a NETmundial ocorrida em Abril de 2014 no Brasil.

Ressaltamos que esses processos são cruciais para preservar o caráter global e aberto da Internet como motor para acelerar o progresso rumo ao desenvolvimento social e econômico. Entendemos ser necessário impedir que novas iniciativas de regular o uso da rede deturbem os princípios e garantias já estabelecidos, os quais foram amplamente discutidos com toda a sociedade. No mesmo sentido é imperativo que a minuta do decreto de regulamentação seja aberta ao público em plataforma online participativa, da mesma forma que o marco civil foi debatido.

Atualmente um poderoso oligopólio transnacional de telecomunicações domina quase integralmente o mercado de banda larga brasileiro e enxerga a internet como um lucrativo ambiente de negócios, entretanto, para além da livre iniciativa, da livre concorrência e mesmo da defesa do consumidor, a Lei 12.965 de 2014, o marco civil da Internet, estabelece como fundamentos para disciplina do uso da internet no Brasil, o exercício da cidadania em meios digitais de forma plural e diversificada, com abertura e colaboração, orientado pelo comprimento da finalidade social da rede.

Portanto, em vez de se pautar exclusivo, ou mesmo, prioritariamente por interesses privados do mercado, devemos avançar na garantia de que a Internet seja regulada como um recurso global, com base no interesse público e de maneira participativa. A propósito, mesmo antes da regulamentação, mostra-se urgente adotar medidas imediatas contra as práticas comerciais, que desrespeitam as disposições do Marco Civil da Internet. Tem sido cometidas diversas violações ao direito a neutralidade da rede, por meio de modelos de negócio, que utilizam-se de Zero Rating associado a planos franquizados com discriminação e bloqueio de pacotes ao final da franquia, em descumprimento ao dever de tratar de forma isonômica de quaisquer pacote de dados, sem distinção por conteúdo, origem, destino, serviço e terminal de aplicação.

Ainda são anunciadas outras possibilidades de discriminação de tráfego como notadamente a iniciativa Internet.org do Facebook em relação a qual o governo federal noticiou uma possível parceria para inclusão digital, sem no entanto revelar maiores

detalhes. O princípio da neutralidade da rede desempenha o papel de garantir a proteção dos fundamentos da disciplina do uso da Internet no Brasil, a neutralidade da rede é explicitamente protegida pelo marco civil e em conformidade a tal proteção, a liberdade dos usuários da Internet não pode ser restrita. Favorecendo ou desfavorecendo a transmissão de tráfego na Internet.

O tratamento isonômico imposto pelo marco civil deve ser implementado técnica e economicamente, pedimos que o governo promova o acesso não discriminatório a internet na sua integridade e se posicione claramente contra as iniciativas que violam a neutralidade da rede que podem determinar a fragmentação da internet. Também a recente aprovação pelo Senado Federal do PLS número 494 de 2008, evidenciam o desrespeito ao marco civil. Sobre o pretexto de tornar mais rigoroso o combate a pedofilia, o projeto de lei retoma graves problemas amplamente debatidos e abolidos na tramitação do PL 84/99, conhecido como AI-5 Digital.

Destacam-se a obrigatoriedade generalizada da guarda de dados de conexão e acesso por três anos no que estabelece a presunção de que culpa para qualquer internauta e fomenta o mercado de dados pessoais que ainda não contam com a devida proteção legal no país. O dever de denúncia dos próprios clientes, criando a figura do provedor dedo duro e a previsão de acesso a dados pessoais pela autoridade policial sem a necessidade de ordem judicial. Justamente a lógica legislativa de padronizar a vigilância em massa, que não só motivou a criação do marco civil em reação contrária, como impulsionou a sua aprovação, a partir das denúncias de Edward Snowden.

Entretanto, o marco civil coloca como princípios a proteção da privacidade de dados pessoais, bem como a responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades e o estímulo a boas práticas. Partindo desse parâmetro, seu texto determina que exclusivamente os provedores de conexão que sejam administradores de sistemas autônomos devem guardar os registros de conexão dos usuários e pelo prazo de um ano. Além disso, prevê que a disponibilização dos registros deve ser sempre precedida de autorização judicial. Não podemos permitir que o reavivamento do AI-5 Digital, pelo PS 494 de 2008 desconsidere completamente e simplesmente anule o resultado de uma longa discussão coletiva.

É com base nessa realidade que nos posicionamos diante das disputas hoje em curso, estando entre as mais urgentes a interpretação quanto a abrangência da garantia da neutralidade da rede, expressa nos artigos terceiro e nono do marco civil da Internet. E a regulamentação das hipóteses em que agentes do poder econômico estão autorizados a quebrar a neutralidade, que devem se limitar a função de serviços de emergência, garantindo integridade e a segurança das redes.

Aqueles que defendem a Internet livre, como rede preciosa de coligação colaborativa, a liberdade de expressão, a mobilização social e ao fortalecimento de diversos direitos fundamentais, como a comunicação, a cultura e o acesso a informação, assinam essa carta e pedem apoio a todos e todas que estão aqui hoje.

Manifesto dos Sonhos:

Hoje é um dia para sonhar muitos sonhos. Toda vez que nós, os povos indígenas, o povo primeiro desta terra, nos encontramos é dia para celebrar e lutar. Uma nova luta está no horizonte, à luta do ontem ainda não findou, a luta do ontem é a luta pela Terra Ancestral que foi saqueada e profanada no seu sagrado. A nova luta no horizonte é complementar a luta pela Terra Ancestral, a luta de que falamos é a luta pela democratização das tecnologias de comunicação e informação existentes. Nos, os parentes reunidos no V Fórum da Internet no Brasil, realizado nos dias 15 a 17 de Julho de 2015, na cidade do Salvador – Bahia. Damos ciência a publico da constituição do Núcleo Indígena de Comunicação e Tecnologia de Informação Digital, este núcleo é para ser uma das instâncias de conversa e decisão sobre o uso das tecnologias de comunicação e informação digital para nós, os povos indígenas. Temos o desafio de organizar os fóruns de conversa e decisão sobre o uso das tecnologias para comunicar e informar digitalmente os parentes indígenas, e para esse desafio convidamos todos e todas que aqui nos ouvem para somar condições para organizar o que for necessário para obtermos êxito naquilo que ousamos sonhar. O nosso primeiro passo é a publicização dessa nossa intenção, o que fazemos agora neste manifesto. Os próximos passos devem ser coletivamente decididos pelos que resolverem juntar-se a nós. Já disse o poeta e cantor Raul Seixas que "sonho que se sonha só é só um sonho, sonhos que se sonham juntos é realidade". Parentes indígenas e não indígenas parentes quilombolas, parentes de comunidades tradicionais, de terreiros, e parentes das florestas: venham sonhar juntos e assim tornar realidade a democratização das tecnologias de comunicação e informação para os povos indígenas do Brasil e, por que não, dos povos indígenas do mundo! Por fim desafiamos todos e todas aqui presentes a sonhar os sonhos mais lindos. Sonhadores e sonhadoras do mundo, uni-vos!

Obrigado.

Assina:

- Núcleo Indígena de Comunicação e Tecnologia de Informação Digital - NICTID
- Lafaete Pankararu, Presidente da União da Juventude Pankararu- UJP e Coordenador Geral da Comissão de Articulação da Juventude Indígena – CAJI
- Cris Mariotto, Kure Kyra – Secretário dos Caciques Guarani do Estado de Santa Catarina.